

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO**

PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 2ª ETAPA (JANEIRO DE 2015)

QUESTÃO 1 (1,5 pontos)

Francisco aceitou ser sócio de uma pessoa jurídica, a pedido de um sobrinho, mas nunca recebeu *pro labore* ou dividendos da empresa. Quando faleceu, Francisco respondia a uma execução trabalhista movida por ex-empregado da sociedade. A sentença homologatória de liquidação fixou o valor atualizado da condenação em R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Francisco deixou uma filha maior, Joana e a mulher, Angélica, com quem era casado em regime de comunhão parcial de bens. Foram arrolados no inventário os dois imóveis de sua propriedade, adquiridos após o casamento. Cada imóvel foi avaliado em valor venal de R\$100.000,00 (cem mil reais). Um deles ficou com a mulher, exclusivamente por sua meação, e o outro com a filha. Logo após a partilha, a esposa vendeu o imóvel que lhe coube por R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais). A filha, por sua vez, passou a residir no imóvel, único de sua propriedade, com seu esposo e filho.

Sem saber da existência da partilha, o juízo da execução, que ainda estava sendo movida em face do espólio, determinou a penhora dos dois imóveis deixados por Francisco.

Responda fundamentadamente:

- a) Podem Angélica e Joana ser obrigadas a quitar a execução?
- b) Deve subsistir a penhora dos imóveis?
- c) Que medidas judiciais os prejudicados podem utilizar para defender seu patrimônio?

QUESTÃO 2 (1,5 pontos)

O Ministério Público do Trabalho apurou, em nível nacional, que as empresas de fornecimento de energia estavam terceirizando mão de obra dedicada à manutenção das redes elétricas, com subordinação direta. Ajuizou ação no Rio de Janeiro, com pedido de tutela antecipada, para proibir a terceirização. Postulou, ainda, o reconhecimento do vínculo de emprego dos terceirizados com as empresas de fornecimento de energia e o pagamento de parcelas previstas em normas coletivas aplicáveis aos seus empregados.

Os sindicatos patronais e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) compunham o polo passivo. A tutela antecipada foi deferida com intimação aos sindicatos réus e à ANEEL, sob pena de multa diária, para:

- proibir as empresas de fornecimento de energia elétrica de terceirizarem a prestação de serviços de manutenção nas redes elétricas;

- obrigar a ANEEL a regulamentar e fiscalizar a prestação de serviços;

Sob a ótica do direito processual do trabalho e das garantias do devido processo legal:

a) disserte, fundamentadamente, sobre a legitimidade passiva dos réus;

b) defina os limites da tutela antecipada, indicando se as empresas do setor de energia elétrica e a ANEEL estão vinculadas ao seu cumprimento, sob pena de multa diária;

c) indique os efeitos em favor dos réus, no tempo e no espaço, de eventual sentença de improcedência, fundamentada na distribuição do ônus da prova e se tal decisão induz a formação da coisa julgada;

d) no caso de sentença de procedência dos pedidos, discorra sobre a competência para a execução dos créditos individuais deferidos.

QUESTÃO 3 (1,5 pontos)

Trabalhador em domicílio ajuíza reclamação trabalhista, postulando o pagamento de horas extras com base em e-mails por ele juntados, alegando também o labor em regime de sobreaviso. A reclamada impugna os e-mails e apresenta relatórios de *logon* e *logoff* que não registram o labor extraordinário alegado, controles impugnados pelo autor em audiência. Responda:

a) O trabalho no domicílio do empregado caracteriza o regime de sobreaviso?

b) O envio de mensagem eletrônica (e-mail) e os relatórios de *logon* e *logoff* são eficazes como prova da duração do trabalho?

c) Sem mais provas, encerrada a instrução processual, como o candidato solucionaria a controvérsia?

QUESTÃO 4 (1,5 pontos)

Marcelo, 32 anos, era empregado de uma confecção. João, 25 anos, paraplégico, era aprendiz devidamente registrado em uma fábrica de pneus. Os dois viviam em união estável quando resolveram adotar uma menina de 11 anos. Deram entrada no procedimento de adoção, mas estavam apenas com a guarda judicial provisória, quando Marcelo sofreu um acidente fatal.

Marcelo havia obtido licença-maternidade, mas faleceu no 20º dia de gozo do benefício. João, que não havia informado ao empregador sobre a adoção, teve seu contrato de aprendizagem rescindido logo em seguida, por alcançar o termo final. Inconformado com a rescisão contratual, João ajuizou ação postulando:

- reconhecimento de estabilidade provisória por 5 meses após a adoção e reintegração no emprego;

- reconhecimento do direito à licença-maternidade de 120 dias e pagamento do

salário-maternidade.

Sabendo-se que a mãe biológica da menina adotada gozou integralmente do benefício da licença-maternidade quando do seu nascimento, as pretensões de João podem prosperar? Responda fundamentadamente.

QUESTÃO 5 (1 ponto)

Furto famélico. Resolução do contrato de trabalho por inexecução faltosa do empregado. Disserte sobre a interseção entre direito penal e direito individual do trabalho.

QUESTÃO 6 (1 ponto)

À luz das regras que norteiam a distribuição do ônus da prova, justifica-se o indeferimento da prova testemunhal, por formado o convencimento do juízo com base em inquérito civil público juntado aos autos, quando a pretensão, devidamente resistida, foi deduzida por empregada que, contratada como telefonista para trabalhar de segunda a sexta-feira, alega ter direito, também, ao salário de secretária, função que afirma ter exercido simultaneamente em três dias da semana? Fundamente.

QUESTÃO 7 (1 ponto)

João, faxineiro do Condomínio do Edifício Estrela Dalva, ajuíza reclamação trabalhista em face de Pedro, síndico e locatário do apartamento 103. Emendada a petição inicial, deduziu a pretensão ao pagamento de horas extras e reiterou a postulação originária de reconhecimento do vínculo de emprego com o Condomínio e a responsabilidade subsidiária do síndico. Ausente o síndico à audiência em que deveria apresentar a defesa e prestar depoimento, encerrou-se a instrução, não obstante, registro em certidão de que se atrasara apenas 10 minutos.

Indique, fundamentadamente, a solução a ser dada ao caso concreto.

QUESTÃO 8 (1 ponto)

Consórcio de empresas em via de dissolução pelo cumprimento integral do objeto, dispensa todos os empregados, mas um deles está em benefício previdenciário (auxílio-doença). Indaga-se:

a) Merece prosperar a Ação de Consignação em Pagamento ajuizada pelo Consórcio, antes de sua dissolução, em que pretende a declaração da extinção do contrato de trabalho e o depósito das verbas resilitórias do trabalhador afastado?

b) O empregado afastado pode ser transferido, independentemente de seu consentimento, para uma das empresas que compõem o Consórcio?

c) Após a dissolução do Consórcio, qual a responsabilidade das empresas que o formavam em relação ao contrato de trabalho?